



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ACRE
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Rio Branco
Processo:	07171958620198010001
Classe do Processo:	Petição
Data/Hora:	29/09/2020 15:48:02

Partes

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

Documentos

Petição:	2700096_IMPUGNACAO_AO _LAUDO_PERICIAL_01 - 1- 6.pdf
----------	---



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

Processo: 07171958620198010001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIEL DA SILVA ABREU**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Assim, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o *quantum* devido em decorrência da lesão suportada.

DESTE MODO, A RÉ PROCEDEU COM O PAGAMENTO DA VERBA INDENITÁRIA NA MONTA DE R\$2362,50 , VALOR ESTE CORRESPONDENTE AO PERCENTUAL DA INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE APRESENTADA PELA PARTE AUTORA EM SEDE ADMINISTRATIVA.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

APÓS A PERÍCIA MÉDICA, O LAUDO INDICOU A SEGUINTE LESÃO:

b.2) [x] Parcial Incompleto (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a unidade anatômica ou funcional, ou seja, em parte de um ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

1ª LESÃO: Fratura diafisária de fêmur.

R:

[] 10% Residual [] 25% Leve [X] 50% Média [] 75% Intensa. [] 100% Total.

2ª LESÃO: Diminuição em 02 cm de massa óssea e marcha artropática.

[] 10% Residual [] 25% Leve [X] 50% Média [] 75% Intensa. [] 100% Total.

UEIA DE MOUÇA, liberado nos autos em 21/09/2021.
Referência Documento do, informe o processo 9.0717195-1

CONFORME PODEMOS OBSERVAR, O PERITO JUDICIAL GRADUA O MESMO MEMBRO DUAS VEZES, OU SEJA, A PRIMEIRA LESÃO REFERE-SE AO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO (FEMUR) E A SEGUNDA LESÃO SERIA DIMINUIÇÃO EM 02 CM DE MASSA ÓSSEA E MARCHA ARTROPÁTICA DO FEMUR ESQUERDO, DEVENDO O PERITO ESCLARECER, A CORRETA GRADUAÇÃO E LESÃO ACOMETIDA, CONFORME TABELA REFERENTE AO SEGURO DPVAT.

NO ENTANTO, FRISA-SE QUE ALUDIDA VERIFICAÇÃO REALIZADA NA SEARA ADMINISTRATIVA É REALIZADA POR PROFISSIONAL IMPARCIAL E TÉCNICAMENTE COMPETENTE, OBEDECENDO OS ESTRITOS LIMITES DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

DADOS DO SINISTRO**Número:** 3190578646**Cidade:** Rio Branco**Natureza:** Invalidez Permanente**Vítima:** ELIEL DA SILVA ABREU**Data do acidente:** 21/06/2019**Seguradora:** BRASIL VEICULOS CIA DE SEGUROS**PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA****Data da análise:** 15/10/2019**Valoração do IML:** 0**Perícia médica:** Não**Diagnóstico:** FRATURA DIAFISÁRIA DE FÊMUR ESQUERDO.**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO - OSTEOSSÍNTESE (HASTE INTRAMEDULAR) E ALTA MÉDICA. (P3 P40 P45 P62)**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.**Sequelas:** Com sequela**Documento/Motivo:****Nome do documento
faltante:****Apontamento do Laudo
do IML:****Conduta mantida:****Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.**Documentos
complementares:****Observações:**

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
		Total	17,5 %	R\$ 2.362,50

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	18/10/2019
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ELIEL DA SILVA ABREU

BANCO: 104
AGÊNCIA: 00534
CONTA: 000000079517-3

Nr. da Autenticação FBF751C56BFCDC88

DESSA FORMA, TOTALMENTE DIVERGENTE A CONCLUSÃO DO PERITO JUDICIAL, CUJO LAUDO A RÉ IMPUGNA TOTALMENTE, DEVENDO SER ACOLHIDO O LAUDO ADMINISTRATIVO QUE SE TRAZ A DEMANDA.

DO EQUIVOCADO ENQUADRAMENTO NA TABELA

Em que pese a invalidez permanente indicada no laudo pericial, cabe observar que não foi atendida na íntegra a tabela de graduação prevista na lei.

ISSO, PORQUE CONFORME SE EXTRAÍ DA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA, A LESÃO AFETOU O FERMUR DA VÍTIMA.

A snippet of a handwritten medical report. The text is written in cursive and includes the words "fermura" (bone) and "lesão" (injury). A red horizontal line is drawn under the word "fermura". On the right side of the snippet, there is a vertical stamp that reads "do Estado d".

MOTIVO DA CONSULTA: RESUMO E DIAGNÓSTICO CLÍNICO:

Lesão com fratura do fêmur direito e com andrôgeno
característico
32. Anos e 10 meses

NOME DO PACIENTE:

Ednel D. Silva Bello

IDADE:

41

OBSERVAÇÃO:

DIAGNÓSTICO:

Fratura fêmur direito

QUANTO A ISSO, VALE ESCLARECER QUE HÁ PREVISÃO ESPECÍFICA NA TABELA, QUANDO O SEGUIMENTO DO CORPO É TORNOZELO:

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					

Com isso, requer a correta aplicação da tabela, de acordo com o enquadramento do MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, uma vez que a limitação não ocasionou a limitação de todo o membro, mas tão somente do seguimento MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Portanto, deve ser observado o devido enquadramento, conforme o seguimento do corpo acometido pela invalidez permanente, de modo que perito deve fazer a relação, tabela-seguimento corporal, indicando o enquadramento conforme previsto, de acordo com a lesão apurada.

CONCLUSÃO

Diante disso, requer que seja intimado o perito para que refaça o laudo pericial com a graduação correspondente ao seguimento acometido, ou alternativamente, que este juízo proceda com a aplicação da tabela, de acordo com o enquadramento da tabela confirme quadro acima.

Caso não seja o entendimento de V.Exa., requer o acolhimento do laudo pericial administrativo em anexo, o qual indica o enquadramento correto conforme previsto, de acordo com a lesão apurada.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 28 de setembro de 2020.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC